



Entrevista de Cecilia Maria de Morais Machado Angileli

Concedida a Philippe
Chaves Guedon¹
Ícaro Jatobá²



Arquitetura e Urbanismo da UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. É coordenadora do projeto que articula ensino, pesquisa e extensão – Escola Popular de Planejamento da Cidade, com metodologia desenvolvida ao longo de 18 anos, junto a mais de 400 favelas, ocupações e comunidades quilombolas. Atualmente, as linhas de pesquisa que desenvolve são: arquitetura da favela e arquitetura na favela; e universidades periféricas. Parte de suas experiências estão narradas em: <http://paisagensperifericas.wordpress.com> e <http://arquiteturana-favela.blogspot.com.br>.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV.

² Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV.

Começo agradecendo em nome da Revista e do CPDOC. Você pode contar mais um pouco sobre sua trajetória?

Em síntese, eu vim de lugares onde bem cedo a gente aprende que a gente deve lutar para estudar, porém ao longo dessa jornada eu *ressignifiquei* muito essa afirmativa. Cada vez que eu tentei estar junto da academia, um lugar tão elitista, ultrapassando seus limites e restrições que foram a mim e a tantos impostos, eu tive essa nova oportunidade de estudar para lutar e é assim que eu entro nessa marcha e é desse lugar que eu falo. Sou arquiteta e urbanista, mestre e doutora em arquitetura e urbanismo, sempre com ênfase nos processos desiguais de construção das cidades, bem como também sobre os processos desiguais de construção de conhecimento sobre essas cidades, então são essas duas frentes. Os pós-doutorados foram em cima dos impactos sociais e ambientais dos grandes projetos urbanos, buscando não só pensar em ações para mitigar os impactos, como também pensar em outras formas de educação que fortaleça uma base popular para reação a esses processos. Então, em síntese, toda a minha graduação, mas em especial a pós-graduação, em todos os níveis que foram, foi trabalhando junto com as favelas de várias regiões do país, montando laboratórios com eles, muito mais do que estando dentro da universidade.

O que nos chamou atenção foi o nome da sua tese “chão”. Um nome muito sucinto e a gente gostaria que você pudesse exprimir, primeiro, as motivações para esse nome e de que forma esse nome está associado ao conjunto da sua tese.

Só fazendo um comentário antes, quando eu fui apresentar na banca eles falaram que quem ia ler meu nome eram os geólogos e que nenhum arquiteto e urbanista ia chegar nessa tese. Na verdade, só para entender que, ao longo dessa trajetória, eu começo a estudar as favelas na Serra da Cantareira³, isso nos anos 2000, como uma arquiteta recém-formada. Estudo mais de 100 favelas e percebo o quanto eu não sei e o quanto eu não fui formada para estar nesses espaços, mesmo sendo também uma pessoa periférica. No mestrado, que é a primeira inserção, eu faço todo um trabalho participativo para pensar essa paisagem periférica, só que, ainda assim, eu não consigo envolver efetivamente os moradores na construção dessas leituras. Eles participam, mas eles não são também construtores dessas leituras sobre as paisagens e aí possivelmente em ações. Há uma crítica a esse meu mestrado, que se aproximou, mas não fez parte daquele espaço efetivamente. Nesse contexto, é desenvolvida a tese “Chão”. A tese mostra isso muito claro, que de processos participativos, nos quais eu não nego a realidade concreta... Mas, para processos colaborativos em que eu trabalho, tenho como base a educação popular e a fusão de saberes. Assim, eu posso dar um salto de pessoas envolvidas e que também se formam comigo nesse processo de doutorado. Então não é uma formação só minha, sobre os impactos dos grandes projetos nesses territórios, mas é uma formação coletiva, de muitas pessoas. E “chão” porque as pessoas, o tempo inteiro (até na época eu fiz um

³ Localizada na zona norte da cidade de São Paulo.

diário de campo online, chamado “Arquitetura da favela e Arquitetura na favela – acho que ainda está disponível online) e nesse diário de campo as pessoas falavam muito do seu dia a dia, em Brasilândia⁴, da importância daquele chão. Eles tinham um vínculo muito grande com aquele território, então por isso o nome “Chão”. No final [da tese], a gente pega no final da pesquisa um processo de remoção forçado bem forte no Jardim Paraná⁵. É impossível a gente reparar os danos de uma população violentada e sendo forçada a sair de um território em que os vínculos são históricos, culturais, de lutas de anos, coletivas, onde você já tem uma rede social formada e que isso não vai se replicar em conjuntos habitacionais. Então é nesse sentido o que representava esse chão, o vínculo dessas pessoas com esses lugares. A gente chegou até discutir “como pensar reparação de uma remoção forçada?”. É engraçado que logo quando eu me formei como arquiteta e urbanista, nos anos 2000, eu comecei a trabalhar na Brasilândia e uma das propostas que a gente ia fazer era um plano participativo, habitacional, mas que tinha de fundo a implantação de um parque em uma área de risco, de baixada, com muita enchente, e que as famílias (eram mais de 3500 famílias), ficavam sobre o córrego Bananal, nos pés da serra. Então, quando vinha a água da serra da Cantareira, vinha muita água, então as pessoas estavam em uma situação de risco há anos, e nosso trabalho como jovens urbanistas era ajudar, achando que estava ajudando... Nosso trabalho era retirá-los e ir para outros lugares. Só que nesse meu processo de imersão de campo, ao não só pensar nos mapeamentos e levantamentos dos institutos de risco, eu passei a estudar as histórias de vida das pessoas e eu me deparei com histórias de luta e de resistência para estarem naquele lugar. Todas as vezes que as pessoas me falavam daquele lugar, nas suas histórias de vida, nunca aparecia o problema das enchentes, inclusive a dona Maria Bonfim, que é quem está na capa do meu mestrado “Paisagens reveladas no cotidiano da periferia” ela deixou muito claro isso, porque ela contava toda a vida dela e nunca falava “desse problema”. Fazendo os estudos eu fiz uma pergunta de corte na história de vida dela e perguntei “Tá, mas e as enchentes?” e ela falou assim: “O que eu lembro das enchentes, que sim, são frequentes, é o momento em que esses lugares aqui são de todo mundo, não tem espaço público e privado nessa favela, todos se ajudam, todos estão ali um limpando o quintal do outro, nós somos uma única família aqui.” E isso me fez questionar muito a minha prática. De fato, qual era o grande risco deles? Tinha de fato um risco físico, de retirá-los dessa área de risco, que era a solução mais rápida, fácil, porém o risco da desestruturação dessa rede social, que é o que alimentava eles todos os dias na permanência, na luta diária, na metrópole de São Paulo, também configurava um risco muito grande. Então, a remoção não é uma solução nem em uma área de risco, ela precisa ser muito bem pensada, mesmo em áreas que são necessárias. Então, a partir dessas leituras, desses vínculos e desse respeito por essas pessoas que lutam para estarem nesses lugares, que esses trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos, mas sempre a partir da metodologia de pesquisa e da educação popular, associando os dois sempre, associando a importância do saber local, alimentando uma universidade que pouco ouve esse saber local, pouco ouve o vínculo

⁴ Distrito de São Paulo.

⁵ Bairro de Brasilândia, em São Paulo.

das pessoas, e como elas constroem as cidades e a importância também em se pensar em uma pesquisa que não é para ficar em biblioteca, mas sim uma pesquisa para se pensar em ações. Então, o doutorado “Chão” foi muito nessa linha de pensar todas as ações que poderíamos fazer pensando conjuntamente com a população, interferindo nos processos que a gente estava percebendo que eram injustos. Conseguimos alguns bons resultados e outros não, mas foram aprendizados importantes para dar sequência a esse trabalho.

Observando a sua trajetória o tema “direito à cidade” é preponderante, gostaríamos de saber como que estão atravessados os trabalhos de “direito à cidade” no Brasil:

Na verdade o que a gente tem que pensar primeiro é a evolução do conceito, porque no primeiro momento quando o "Direito à cidade" passa a ser discutido na década de 90, pelo Lefebvre é pensado como o direito ao acesso amplo a essa cidade, a mobilidade, educação e cultura... Depois, posterior a isso em 2000, com Harvey ele vai puxar uma outra questão, que eu acho que é muito maior, e complementar essa ideia do Vainer em relação de fato a gente ter o direito para além de percorrer essa cidade historicamente desigual, mas o direito de pensar essa cidade e as suas formas de planejamento. E nesse sentido, eu não vejo possibilidade de a gente chegar a esse direito, sem repensar nas formas de planejamento hoje vigente em várias partes do mundo e em várias cidades do nosso país. Para a gente obter não só o acesso a essa cidade, mas poder pensar ela, a gente tem que ter outras formas de planejamento urbano. Desde a década de 90, mais ou menos, a gente tem um entendimento que a cidade é um canal de absorção do capital excedente, os processos de urbanização passaram a ser percebidos como altamente lucrativos, isso não é uma falta de planejamento urbano, é um tipo de planejamento urbano que a gente chama de "planejamento estratégico" vinculado a uma linha empresarial que entende a cidade como uma mercadoria - como fala o Vainer de uma maneira muito importante sobre isso - e com foco na competitividade entre as cidades. Então, não estou buscando um espaço para cidadãos, estou buscando construir espaços para atrair investidores. Isso é uma experiência que começa em Barcelona e é replicada em diversas partes do mundo e que os urbanistas vão falar muito mais quando a gente tem os grandes eventos esportivos e culturais, pois isso fica mais claro, mas não acontece só nesses momentos e nesses territórios onde acontecem esses eventos. O que é ruim, desse tipo de planejamento, ao longo dessas décadas, é que a forma de planejamento tradicional fica de lado, então, grandes temas como crescimento desordenado das cidades, os deslocamentos populacionais, o pensamento do uso do solo, ficam de lado. O que se pensa é "como é que eu vou competir com uma outra cidade do mundo, para atrair esse investidor?", independentemente do que e de quem mora nessa cidade. Então planejamento estratégico vai muito nessa linha, e nos distancia muito do direito à cidade. Mas isso é uma escolha de planejamento, não é a ausência de planejamento, isso tem que ficar bem claro, sempre. Quando eu penso a cidade como mercadoria, os vazios urbanos, bem como as áreas de favela, como era a Brasilândia, com mais de 100 favelas, como é a região que eu trabalho hoje aqui na fronteira *trinacional*, onde eu tenho as maiores ocupações do estado do Paraná, elas não são vistas como vazios

urbanos, elas são vistas áreas de reserva de valor, são estoques de terra que podem receber qualquer intervenção para esses investidores, e nisso eu tenho grandes impactos socioambientais, que são mascarados pelo marketing urbano, que tem como foco vender a cidade e deixar de lado os problemas sociais mais importantes. Esse planejamento estratégico vai focar na intervenção pontual de projetos no território, porque essa intervenção pontual ela pode gerar uma valorização imobiliária muito mais rápida do que em outras formas de planejamento. Em geral, essas intervenções pontuais elas vêm nesses vazios urbanos, que nem sempre são vazios urbanos, são regiões periféricas, lembrando que regiões periféricas são muito mais fáceis de ser removida. Nesse tipo de planejamento urbano também, por exemplo, a gente tem a valorização de empreendimentos como "parques industriais", "espaços tecnológicos", "agências de informação", "hotéis de luxo" que são empreendimentos que se repetem em São Paulo, em Foz do Iguaçu e em qualquer cidade do mundo, porque eu tenho o investidor que está buscando as mesmas coisas nessas cidades que são mercadorias, e todas as questões locais, específicas, necessidades desses territórios ficam em segundo plano. Um outro ponto importante desse planejamento, que eu acho que é mais grave e temos muitos autores que chamam atenção para a gente, pois vemos isso no dia a dia nas comunidades... É a participação direta dos empresários e dos interessados, desses atores que irão lucrar muito com essa cidade que está sendo vendida. Então, temos uma definição da hierarquia do poder local, temos um processo de despolitização constante, em diversas escalas, temos mais legitimação desses sujeitos e temos essa cidade, como uma cidade que se nega como espaço político. Eu evito os conflitos o tempo inteiro. Estando nesse cenário, a gente precisa entender que esse planejamento estratégico não está só nos espaços de gestão das cidades, ele é ensinado nas universidades. Então, a gente tem algumas resistências para buscar o direito à cidade, dentro e fora da universidade, porque a universidade que forma também esses planejadores urbanos. Como educadora, eu reforço muito o papel da universidade como fundamental na formação desses planejadores críticos, não sei se é possível, mas acho que seria muito importante fazer uma intervenção, aproveitando inclusive esse momento de questionamento das universidades, para falar desse papel estratégico delas em defesa do direito à cidade, ao mesmo tempo sendo criminalizada.

Como você vê o “fazer” interseccional entre movimento social e academia?

Na verdade, eu acho que é a grande ferramenta que temos. Primeiro, eu preciso formar planejadores urbanos que pensem a cidade a partir dela, pisando nesse chão de terra, revendo vários entendimentos que já se tem das cidades, das suas regiões periféricas... É o que eu falei, o que significou para mim, o quanto eu aprendi sobre o território a partir das histórias das pessoas... Então, não tem como pensar a cidade distanciada dos grandes focos de pressão dela. Então, o primeiro ponto é uma universidade que se permita para fora dos seus muros, embora isso não seja fácil. A gente tem cursos extremamente críticos, mas ainda assim dentro dos seus laboratórios, dentro da universidade. A gente precisa perceber que temos que pensar juntos com esses futuros planejadores, não só a partir do Estado. O povo precisa ser protagonista, nesse sentido, da construção de conhecimento e das formas de

planejamento. Então, eu entendo que o direito à cidade, esse amplo que a gente pensa, em especial reforçado pelo Harvey, ele passa pelo povo como protagonista nos espaços de construção de conhecimento, interferindo diretamente nas decisões do seu território e isso a gente está falando de conflito, a gente não está falando de negociações, porque os espaços universitários estão em disputa e as cidades também. Então, não é possível um planejamento fora da luta, e eu reforço que, para planejar para lutar, a gente precisa, além dos que já lutam para estudar, estudar para lutar também. Hoje estamos a passo de perder o que eu chamo de universidade periférica, uma universidade com função política clara e que se dá em especial nesse último período do REUNI. Uma universidade que chega em lugares distantes dos centros históricos de construção de conhecimento e que é composto por um público muito mais plural e articulado com os movimentos sociais. Eu tenho nessas universidades periféricas os refugiados, os negros, indígenas, os assentados do campo e da cidade, que são responsáveis sim por tencionar a universidade e o professor a fazerem outras escolhas na construção de conhecimento. Tanto imerso na realidade concreta, como buscando ser a ponte dos conhecimentos e das pessoas que estão fora dessa universidade. Então, essa universidade que hoje está em risco, ela é estratégica para a gente chegar em outras formas de cidade e em outras formas de planejar essa cidade.

Pensando nessa atuação, como você enxerga essa resistência de alunos, professores, políticos etc nessa relação da academia e movimentos sociais, no que tange o direito à cidade?

É muito complicado, mesmo. Porque temos, além dos cortes orçamentários, que é uma forma de ir sangrando as instituições lentamente... Os cortes não só afetam a parte da infraestrutura das universidades, influencia muito a parte da assistência estudantil. Eu posso ter um recurso específico PNAES que ainda não foi mexido, mas eu não tenho ampliação desse recurso e não tenho recurso para questões fundamentais para esse outro perfil de estudante que está na universidade, como os restaurantes universitários, as moradias estudantis etc. Se eu deixo de ter financiamento de pesquisa, eu deixo de ter estudantes que recebam bolsas para pesquisa. Então os cortes orçamentários, eles influenciam muito no perfil do estudante que vai conseguir se manter nesses espaços públicos. As políticas de balcão também, eu tenho grandes blocos de universidades públicas, tradicionais, que sofrem sim, com a redução dos recursos, mas eu tenho universidades novas, que ainda não tem seus Campus, que inclusive podem ser fechadas, porque não tem como manter-se em alugueis e não tem estrutura para se manter, e que também não tem apoio político suficiente, mesmo da sociedade, porque são desconhecidas. A UFRJ é muito importante para o país e sofre o que sofre. Agora imagine outras universidades, como a UNILA, pouco conhecida, e já questionada, por vários estigmas que carrega. Então são formas de passar por esse processo de sucateamento muito diferentes. Outra questão forte em relação a criminalização é diária, é na sala de aula, o *tencionamento* é constante. Para você ter noção, o trabalho que a gente desenvolve aqui na região *trinacional*, que se chama "Escola Popular de Planejamento da Cidade" é um trabalho que sempre associou, nos últimos 5 anos, a articulação entre ensino, pesquisa e

extensão, onde a promoção desse direito à cidade, se dava articulando disciplinas do curso de arquitetura e urbanismo, estudantes vinculados ao projeto de extensão e várias outras pesquisas de docentes. A nossa metodologia, que está em risco, é a partir do levantamento de todos os projetos previstos para a região, tanto os públicos, como os privados, depois colocamos isso sobreposto em um mapeamento de todas as áreas populares, como ocupações, favelas, regiões de favelas já com algum nível maior de infraestrutura, e começamos a fazer alguns estudos sobre quais são as áreas vulneráveis as remoções nos próximos 10 e 20 anos. Esse trabalho todo de pesquisa é alimentado também pelas disciplinas de graduação e isso é construído também em parceria com a população, identificada como vulnerável, pelos *extensionistas*. Então, uma articulação muito bacana. Nos dois primeiros anos desse projeto a gente teve quase 200 voluntários e pessoas de vários espaços da cidade, para além da universidade, que construíram conhecimento conosco, e fizemos várias ações de resistência contra as remoções forçadas. Inclusive, Foz do Iguaçu tem pouco mais de 260 mil habitantes e nós temos mais de 30 grandes projetos previstos para serem implantados aqui na região. Historicamente é uma região que naturaliza o impacto de grandes projetos, a exemplo da Usina de Itaipu, então é um território que já sofreu grandes remoções, já sofreu com grandes deslocamentos populacionais e, por isso, hoje não tem um histórico de resistência em relação a isso. É, portanto, um território historicamente vulnerável, em que a gente fez todos esses estudos e mapeamentos e percebemos uma grande concentração de investimentos aqui. Conseguimos algumas respostas importantes nesses anos de trabalho, mais de 4 anos: já fizemos mais de 100 ações, estamos em 10 comunidades. A principal ação que reverberou bastante foi conseguir a reversão da reintegração de posse da maior ocupação urbana do estado do Paraná, que fica aqui, a ocupação *Bubas*. Nós articulamos vários atores da cidade, várias comunidades e fizemos vários estudos conjuntos, com apoio da Defensoria Pública. Conseguimos fazer a reversão dessa reintegração de posse. Foi um trabalho universitário que teve apoio com 3 bolsistas e 200 voluntários que, embora não recebessem nada, acreditavam que estavam aprendendo a fazer um planejamento urbano participativo e estavam ali fazendo valer o direito à cidade. Foi um trabalho muito importante e é uma situação que a gente consegue interferir. Embora seja um projeto universitário, a gente tá interferindo em uma área, como a *Bubas*, está em uma área que é pensada naquela região o maior porto seco da América Latina, então ela não estava sofrendo apenas uma reintegração de posse pelo seu proprietário, ela estava sofrendo uma reintegração de posse por um projeto que é continental, que seria parte das estruturas da rota *bioceânica*, que fará a ligação entre os dois oceanos, como também, é um espaço que vai ter a única ponte de acesso à esse corredor, então a ocupação *Bubas* está em um lugar extremamente valorizado para o escoamento de mercadorias da América Latina para o mundo. Isso gera diversos impactos aqui na região e com um projeto universitário, articulado com movimentos sociais, com defensoria pública e vários voluntários, em mais de um caso nós conseguimos reverter as reintegrações de posse determinadas neste espaço que está sendo disputado por grandes investidores. É claro que não conseguiremos paralisar a obra da segunda ponte de acesso ao Paraguai, a obra da *bioceânica*, mas a gente pode colocar em

discussão quais são os impactos desses projetos e pensar em ações de redução desses impactos, porém, mais de uma vez, esse projeto que fazemos aqui, nos sentimos isolados, o que nos deixa em risco. Diferente dos grandes centros, como Rio de Janeiro, Ceará e em vários outros espaços, que temos grandes grupos de urbanistas que questionam as transformações urbanas e não estão sozinhos. Então, promovemos essas discussões aqui com o apoio da defensoria pública, mas ela fica em Curitiba, então resta à universidade, que ainda é plural, fomentar essas ações. Infelizmente, esse ano já começamos a perceber algumas intervenções no cotidiano da universidade, em que a gente vê que esse projeto está ameaçado de continuar. Hoje articular as disciplinas de arquitetura e urbanismo a esses projetos de extensão e às pesquisas está dificultado. Hoje, poder ser criminalizado por um estudante, a partir da ideia de "escola sem partido"... Isso não é um sentimento, a gente de fato recebe essas ameaças, nós somos denunciados o tempo inteiro, como se o que a gente fizesse não fosse pesquisa, não fosse ação de ensino. De ensinar os arquitetos a terem uma função social clara nessa estrutura desigual das cidades. Então o projeto da Escola Popular é um dos tantos projetos pelo país que pode parar, por conta desse processo, em especial, de criminalização.

[Pensando nisso, como você vê a recepção dos movimentos sociais com a aproximação da academia e pensando do outro lado, como você vê a recepção da academia com a aproximação dos movimentos sociais?](#)

Eu venho dos movimentos para a academia, não acho que exista uma abertura. Existe uma aceitação de alguns grupos, mas por vezes somos vistos como exóticos dentro da estrutura da academia que é extremamente elitista. Por mais que eu fale de "Universidade Periférica", fale de "pluralidade", eu tenho dificuldade ainda para romper com diversas estruturas internas que não entendem, por exemplo, a importância do saber popular, que não entendem que a universidade precisa e é necessário que ela saia dos seus muros. Então eu acho que tem sim uma resistência, embora tenha melhorado muito com o emprego de várias políticas para fortalecer a entrada de um outro perfil estudantil na universidade, mas ainda tem muita resistência. Para os movimentos sociais, eles desejam isso, porque eles entendem que a universidade é deles. Em várias falas que eu faço em alguns espaços, eu vejo os militantes me procurando falando "Olha, eu estou tentando entrar na universidade para fazer tais trabalhos, mas eu chego lá - não é um bloqueio direto, é indireto - e a professora que discute tanto a construção desigual das cidades só aceita falar comigo se eu levar os textos em inglês, o que já me tira do processo de construção de conhecimento". Não existe nenhum cuidado desse acadêmico elitista em pensar como pode ser essa construção de conhecimento. Tem intervenções que são diretas, que retira esse povo da universidade, e tem essas que são indiretas. É um problema, porque para a universidade é sempre importante a pluralidade, para ter acesso a conhecimento populares essenciais, para entender as reais dinâmicas dessas paisagens, que nos provoca enquanto pesquisadores, a problematizar a universidade, então é fundamental essa diversidade... E, para a população, eu falo bastante porque entendo que a importância de estarem nesses espaços, não só a população organizada

em movimentos, mas a população - o povo em geral - não só para ter acesso ao conhecimento que é produzido sobre eles, sobre seus territórios, é também produzir juntos com os pesquisadores esse conhecimento, porque isso fortalece eles. Os processos bruscos de transformação das paisagens, não acontecem só uma vez. Eu aprendi muito nessas favelas passei por centenas delas, construir com o povo o conhecimento sobre esses territórios é emancipador quando eles passam a construir o conhecimento sobre eles. Esse acesso fundamental a universidade, quer dizer que ele vai replicar isso no território, ele vai questionar e conseguir de fato pensar nesse território. E isso então não é uma "gentileza" da universidade, é um direito de eles falarem sobre eles. E a gente sabe muito pouco ainda sobre esses territórios. Eu, por ter passado pelos movimentos e estar com eles, ser formada pelas favelas, a Brasilândia em especial, eu sinto que, mesmo pós doutora, tem muitos bloqueios dentro da universidade para se chegar em uma gestão universitária, representando o que você representa, para estar debatendo com outros pesquisadores representando o que você representa... É uma luta, é uma disputa diária, por um espaço de fala nesse lugar elitista, mas que, se a gente tem espaço, a gente consegue construir muita coisa, como a Escola Popular de planejamento da cidade que eu tenho muito carinho.